

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Parecer: 32/2024

Processo: 8872/2024

Matéria: PL 2961/2024

Relator: Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante

Conclusão do Voto: Favorável

Data: 22 de março de 2024

Autor: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Salto do Jacuí, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal decorrentes de decisões judiciais, considerados de pequeno valor (RPV).

O Projeto de Lei em análise foi apresentado nesta Casa Legislativa no dia 22 de março de 2024 e tem como objetivo dispor sobre o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Salto do Jacuí, nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal decorrentes de decisões judiciais, considerados de pequeno valor (RPV).

Análise:

Na análise, identifica-se que a iniciativa legislativa do Projeto de Lei está correta.

O Projeto de Lei justifica-se, pois a motivação de tal demanda visa atender decisão judicial que declarou inconstitucional a Lei Municipal 2302/2017.

Conclui-se que o Projeto de Lei nº 2961, está em condições de tramitar, visto que adequada a iniciativa e acompanhado de justificativa.

Conclusão do Voto:

Diante dos fundamentos expostos, esta Relatoria, depois de debate realizado na Comissão disponibiliza o presente voto favorável.

Sala das Comissões, em 05 de abril de 2024.

Vereadora Cleres Maria Cavalheiro Revelante

Pelas conclusões:

Vereador Rodinei Francisco Trautmann

Vereadora Jane Elizete Ferreira Martins da Silva